



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 638577 - MG (2021/0001285-1)

RELATOR : MINISTRO ANTONIO SALDANHA PALHEIRO
IMPETRANTE : MAYK WALLACE LOPES MOREIRA E OUTRO
ADVOGADOS : MAYK WALLACE LOPES MOREIRA - MG159216
NICKAELLY VALLESCKA SILVA SOARES DINIZ - MG179485
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS
PACIENTE : VAINER CESAR BERALDO (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de VAINER CESAR BERALDO em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS (HC n. 1.0000.20.566726-4/000).

O paciente foi preso em flagrante, em 26/8/2020, em razão da suposta prática dos delitos previstos nos arts. 15 e 16, § 1º, inciso IV, ambos da Lei n. 10.826/2003. A custódia cautelar foi convertida em preventiva, com base no art. 312 do Código de Processo Penal, para assegurar a aplicação da lei penal.

Os impetrantes sustentam a ilegalidade da conversão de ofício pelo Juízo singular da prisão em flagrante em preventiva, em manifesta violação do art. 311 do CPP, sendo devido, portanto, o relaxamento da segregação do acusado.

Alegam a ausência dos requisitos autorizadores da custódia cautelar previstos no art. 312 do Código de Processo Penal.

Defendem a desproporcionalidade da prisão cautelar, aduzindo que, em caso de eventual condenação, será fixado o regime inicial diverso do fechado.

Destacam que a Recomendação CNJ n. 62/2020 possibilita a substituição da prisão por medidas cautelares diversas ou por prisão domiciliar aos presos envolvendo crimes não violentos.

Requerem, liminarmente, o relaxamento da prisão cautelar do paciente, expedindo-se o competente alvará de soltura em seu favor. Subsidiariamente, a aplicação das medidas alternativas, com a expedição de alvará de soltura ou o deferimento da prisão domiciliar. No mérito, pugnam pela concessão da ordem para que seja confirmada a liminar requerida.

É, no essencial, o relatório. Decido.

No que diz respeito à aventada ilegalidade da prisão preventiva e do pleito de substituição da custódia cautelar por prisão domiciliar, verifica-se que as matérias de fundo não foram apreciadas no acórdão impugnado. Assim, o Superior Tribunal de Justiça não pode delas conhecer, sob pena de indevida supressão de instância. Confira-se precedente sobre a questão:

AGRAVO REGIMENTAL NO HABEAS CORPUS. EXECUÇÃO PENAL. CUMPRIMENTO DE PENA EM PRISÃO DOMICILIAR. RECOMENDAÇÃO 62/2020 DO CNJ. COVID-19. GRUPO DE RISCO. CRIME VIOLENTO. CONDIÇÃO DE SAÚDE. AUSÊNCIA DE DEMONSTRAÇÃO DE POSSIBILIDADE DE AGRAVAMENTO. RECÁLCULO DA PENA. INOVAÇÃO RECURSAL. SUPRESSÃO DE INSTÂNCIA. ILEGALIDADE. AUSÊNCIA. AGRAVO IMPROVIDO.
[...]

3. A matéria relativa ao recálculo da pena para fins de progressão de regime, além de representar indevida inovação recursal, não foi objeto de análise pelo Tribunal de origem, motivo pelo qual esse ponto não poderá ser conhecido por esta Corte Superior, sob pena de indevida supressão de instância.

4. Agravo regimental improvido. (AgRg no HC n. 579.110/SP, relator Ministro Nefi Cordeiro, Sexta Turma, DJe de 14/9/2020.)

No mais, em juízo de cognição sumária, verifica-se que inexistente flagrante ilegalidade que justifique o deferimento do pleito liminar em regime de plantão.

Considerando que o pedido se confunde com o próprio mérito da impetração, deve-se reservar ao órgão competente a análise mais aprofundada da matéria por ocasião do julgamento definitivo.

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Solicitem-se informações ao Tribunal de origem, que deverão ser prestadas preferencialmente por malote digital e com senha de acesso para consulta ao processo.

Dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 09 de janeiro de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS

Presidente